

A INFLUÊNCIA DO PACTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS NAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Autora: Bruna Pinho da Silva; Co-autor: Murilo Breno Paiva Cordeiro. Orientador: Maria das Dores Mendes Segundo.

Universidade Estadual do Ceará- UECE. Bruna.pinho@aluno.uece.br

Universidade Estadual do Ceará- UECE. Murilo.cordeiro@aluno.uece.br

Universidade Estadual do Ceará-UECE. mariadores.segundo@uece.br

Resumos do artigo: Neste presente trabalho iremos abordar a influência que o Banco Mundial, ONU e UNESCO, possuem sobre os diversos países acerca da educação ofertada e das reformas educacionais, através do Programa de Educação Para Todos, com esse propósito o estudo em tela é resultado das reflexões e atividades realizadas, como bolsista de iniciação científica IC/UECE, na Universidade Estadual do Ceará, no âmbito do projeto base de pesquisa que tem como título “As reformas educacionais no plano de Educação para Todos e seus desdobramentos na formação docente”. Especificamente, analisamos as reformas educacionais operacionadas no Brasil diante das determinações do Programa de Educação para Todos que é financiado pelo Banco Mundial, a ONU e UNESCO. Detemos como objetivos refletir acerca do complexo de fatores da esfera da totalidade social que oferece a base material para o surgimento do ideário educacional da ONU/UNESCO, como, de resto, do próprio papel do Banco Mundial na efetivação da reforma política e conceitual da educação brasileira. Partimos do referencial teórico-metodológico ontomarxiano nos propomos a realizar uma pesquisa documental bibliográfica, com vista a rastrear alguns documentos mais representativos do pacto internacional de Educação para Todos, como por exemplo, os relatórios de monitoramento feitos, anualmente, pelo Banco Mundial. Através desses, os países envolvidos deveriam cumprir seis metas para a melhoria na educação em seus países, pois essa tinha o objetivo de ser a salvação de todos os males, como a fome, o desemprego, a marginalização que são problemas mais ocasionais nos países classificados como “subdesenvolvidos”. E também, caso esses países não cumprissem as metas poderiam ser tirados do mundo globalizado, pelo Banco Mundial. Desta feita, o Banco Mundial, exerce a sua intervenção nos países pobres e devedores, desde a concepção dos novos paradigmas educacionais até as formas de financiamento e diretrizes da educação em todos os níveis de ensino. Concluímos, pois, que o grande projeto do capital para com a educação destinada à classe trabalhadora se revela nas profundas reformas que os sistemas educacionais, em todos os níveis, ao longo das últimas décadas. Essas reformulações são levadas a efeito para imprimir um caráter econômico à educação ofertada aos explorados pela lógica do capital que, para se reproduzir, utiliza de estratégias as mais variadas para controlar os complexos sociais e as subjetividades humanas.

Palavras-chaves: Educação, Metas, Reformas Educacionais.

INTRODUÇÃO

No atual contexto capitalista que estamos vivendo, torna-se imprescindível a reflexão acerca do complexo de fatores da esfera da totalidade social que fornece a base material para o surgimento do ideário educacional da ONU¹ e UNESCO² como, de resto, do próprio papel do Banco Mundial na efetivação da reforma política e conceitual da educação brasileira.

Partindo de uma análise radical, temos como objetivos analisar, com base na ontologia Marxiana, as implicações sócio-políticas do Programa de Educação para Todos no campo das reformas educacionais, patrocinado pelo Banco Mundial, ONU e UNESCO.

Compreendemos que a educação é um complexo indispensável para a reprodução do mundo dos homens cuja função essencial consiste em transmitir segundo as autoras Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2009) um conhecimento adquirido pela a sociedade e os homens ao longo de sua construção como ser sociais, a partir disso que os conhecimentos se tornam generalizados.

Entretanto, desde que se efetivou como complexo de classe e de natureza estrita nos marcos de surgimento da propriedade privada, a educação passa a cumprir uma função social historicamente determinada e permeada pelos interesses da classe dominante. Não é sem razão, que Marx e Engels (2007) afirmavam, na *Ideologia Alemã*, que as ideias que predominam em cada momento histórico são as ideias da classe que detém o poder material de determinado modo de sociabilidade. Ideias estas que, mesmo pertencentes a uma classe particular, são tidas como naturais e universais. Nesse sentido,

[...] a educação como prática social ligada ao processo de reprodução, acaba reproduzindo - mas não sem contradições - as concepções, valores e comportamentos da classe que detém os meios de produção e está por sua vez, lança mão de inúmeros artifícios ideológicos necessários para a sua manutenção no poder. (PAIVA, 2016, p. 64).

Dessa forma, no seio da sociedade capitalista, a educação é convocada a “[...] cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital.” (RABELO; MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 4).

¹A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos e fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações amistosas entre as nações, promover o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos.

²Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

A sociedade do capital é marcada por inúmeras contradições que são inerentes à sua lógica de reprodução social. Como resultado das relações contraditórias gestadas no seio de uma sociedade que se sustenta da superexploração do trabalho, tornando-o alienado, a educação assume uma função econômica, além da função ideológica, perante a necessidade de reestruturação de todos os âmbitos da vida social como estratégia de superação da crise estrutural que o sistema sociometabólico do capital vem enfrentando desde a década de 1970. (MÉSZÁROS, 2002).

Para a superação da referida crise, o capital, com o constante apoio do Estado, utiliza as mais variadas estratégias de controle para a manutenção das taxas de lucro. Para tanto, sob o protagonismo dos organismos internacionais, impõe regras que devem ser rigorosamente seguidas pelos Estados Nacionais que almejam se adequar aos padrões neoliberais de produção e consumo de um mundo supostamente globalizado. A educação, neste contexto, não fica imune aos rebatimentos da crise, pois, como bem ressalta Tonet (2012, p. 32): “[...] na medida em que a matriz do mundo, que é o trabalho, está em crise, a educação não poderia deixar de participar desta mesma crise.”

Diante dessas determinações, o projeto educacional a ser cumprido pelos países subordinados ao Banco Mundial, e membros da UNESCO, busca reproduzir a ordem existente

“[...] através da negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões, acoplada à manipulação ideológica das consciências, com vistas à naturalização da exploração e de seus desdobramentos no plano da desumanização crescente do próprio homem.” (RABELO; MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 4).

No Brasil, o conjunto de recomendações reestruturantes do capital chega com mais força na década de 1990, período do ajuste neoliberal nos países pobres que levou a uma profunda reforma no aparato estatal. De acordo com Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2009, p. 12-13) a Reforma do Estado brasileiro foi defendida por vários segmentos da sociedade e em um contexto de “[...] expressiva burocratização das entidades e cooptação das lideranças sindicais [...]”. Ainda conforme as autoras, setores do governo, bem como empresas, escolas e a sociedade em geral defendiam a reforma como a solução para que os problemas brasileiros fossem resolvidos, para isso adotaram políticas de frente.

No âmbito educacional, a década de 1990 traz consigo uma série de paradigmas decorrentes da inauguração do Programa de Educação para Todos em escala global na Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em Jomtien – Tailândia em 1990. Dessa conferência, resultou a Declaração de Jomtien que enfatiza a importância da escolarização de crianças, jovens e adultos para a sua inserção produtiva na sociedade. Nessa direção, a universalização da educação básica se torna a principal bandeira a ser defendida em forma de meta que os países deveriam alcançar no decênio 1990-2000.

Subsequentes à Conferência e à Declaração de Jomtien, inúmeros eventos e documentos de Educação Para Todos foram promovidos com o intuito de dar continuidade à produção, recomendação e monitoramento das diretrizes do projeto educacional do Banco Mundial para os países pobres. Entre estes documentos, destacamos a Declaração de Nova Délhi (1993), a Declaração de Dakar (2000) e o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-20015.

O estudo em tela é resultado das reflexões e atividades realizadas, como bolsista de iniciação científica IC/UECE, na Universidade Estadual do Ceará, no âmbito do projeto base de pesquisa que tem como título “As reformas educacionais no plano de Educação para Todos e seus desdobramentos na formação docente”. Especificamente, analisamos as reformas educacionais operacionadas no Brasil diante das determinações do Programa de Educação para Todos que é financiado pelo Banco Mundial, a ONU e UNESCO.

METODOLOGIA

O estudo proposto é eminentemente teórico, bibliográfico e documental, pretendendo contribuir, no plano da construção teórica, para a compreensão, à luz da ontologia Marxiana, do fenômeno em pauta, que diz respeito aos fundamentos e significados político-ideológicos do Movimento de Educação para Todos, reafirmando a centralidade do trabalho, e compreendendo a educação como um complexo inserido na dinâmica metabólica do capital.

Desta feita, nos fundamentamos teoricamente em autores que realizam a crítica da sociedade do capital a partir de uma leitura ontológica do mundo. Assim sendo, além dos próprios Marx e Engels (2007), utilizamos as contribuições de Mészáros (2002), Rabelo, Mendes Segundo e Jimenez (2009), Tonet (2012).

Em nossa análise documental, nos debruçamos sobre os documentos que traçam os fundamentos da Educação Para Todos expressos nas Declarações de Jomtien (1990), Nova Délhi (1993) e Dakar (2000). Também analisamos, em linhas gerais, o monitoramento realizado pela UNESCO em relação ao cumprimento das metas de Educação para Todos, cujos dados são apresentados no “Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios.” No decorrer das análises também iremos contextualizar algumas das principais reformas educacionais que o Brasil teve que adotar para cumprir as metas compulsórias de EPT.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Em 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, em Jomtien na Tailândia, ao qual contou com a participação de mais de cem países, entre eles o Brasil. Nessa Conferência as nações participantes assinaram uma carta na qual se comprometeram a cumprir seis metas que foram projetadas pela UNESCO, sob o comando do Banco Mundial, que seriam monitoradas por eles. Caso os países não assumissem o compromisso firmado, corriam o risco de serem penalizados e excluídos do mundo globalizado. As metas que foram impostas pela Conferência foram as seguintes: “1- educação e cuidados na primeira infância; 2- educação primária universal; 3- habilidade para os jovens e adultos; 4-alfabetização de adultos; 5- paridade e igualdade de gênero; 6- qualidade da educação”. (UNESCO, 1990, p.3)

Tais metas tinham o objetivo de fazer com que os países aumentassem a oferta da educação básica para a população no prazo equivalente de 10 anos, que seria até os anos 2000, pois a ideia difundida pelo movimento de Educação para Todos era, e continua sendo, de que o ensino fundamental é o nível satisfatório para atender às necessidades básicas da população pobre e marginalizada.

Subsequente à Conferência de Jomtien, os nove países mais populosos do mundo, incluídos Brasil e Índia, reuniram-se em 1993, em Nova Délhi para dar continuidade às discussões sobre a educação proposta pelo Programa de EPT e também para reafirmarem seu compromisso com as metas pré-estabelecidas, traçando estratégias para melhor cumpri-las.

Desta feita, a conferência tinha como objetivo reafirmar o compromisso assinado na Conferência de Jomtien de que a universalização do

ensino fundamental seria feita até os anos 2000. Isso aconteceria por meio de estratégias que contemplariam: a ampliação das vagas nesse nível de educação; implantação de programas voltados para a educação básica e, a melhoria das condições em que os professores dessa área se encontravam. Tais estratégias constam na Declaração de Nova Délhi como mecanismos para que fossem alcançados os objetivos que o ‘novo’ mundo neoliberal propunha, de se formarem cidadãos com valores, competências e habilidades para o mercado de trabalho e que conseguissem interagir e trabalhar em grupo, ou seja, era preciso formar um ‘novo’ tipo de trabalhador adequado às exigências da sociedade capitalista cada vez mais informatizada e multifacetada. (UNESCO, 1993).

Como a chegada dos anos 2000 e o não cumprimento das metas, realizou-se o Marco de Ação de Dakar ou também denominado como Fórum de Dakar, que contou com a participação de 180 países que renovaram a importância da educação como sendo um direito fundamental para o ser humano, em total afinidade com a Declaração do Milênio da qual resultaram os famosos “oito jeitos de mudar o mundo” que consistem em: erradicar a fome e a miséria; universalizar a educação básica; promover a igualdade de gênero; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, malária e outras doenças; promover qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e, por fim, promover a inclusão produtiva.

Para o cumprimento das seis metas foram criadas, no âmbito do Fórum de Dakar, doze estratégias que reforçavam que a educação seria a salvação de todas as mazelas como fome, desemprego e a alavanca que levaria as nações a um desenvolvimento sustentável. Essas estratégias são as seguintes:

“1- Investimento significativo na educação básica; 2- Políticas de EPT dentro de quadros setoriais bem integrados relacionados à eliminação da pobreza;3-Engajamento da sociedade civil em estratégias para o desenvolvimento educacional;4- Responsabilização na governança e na administração;5- Satisfação das necessidades dos sistemas educacionais afetados por conflito e instabilidade;6-Estratégias integradas para a equidade de gênero;7- Ações para combater o HIV e a aids;8- Ambientes escolares seguros, saudáveis, inclusivos e homogêneos equipados; 9- Profissionalismo, motivação e status dos professores;10- Aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação;11- Monitoramento sistemático do progresso e 12- Base em mecanismos já existentes”. (UNESCO, 2000, p.9)

É importante ressaltar que nos documentos basilares da EPT o Estado possui um papel fundamental na promoção da educação como

política pública para a população marginalizada. Segundo a UNESCO (2000) os países deveriam oferecer uma educação primária gratuita, obrigatória e de boa qualidade assumida pelo Estado. Entretanto, nestes mesmos documentos, é disseminada a ideia de que o Estado sozinho não poderá suprir todas as necessidades educacionais do país. Para isso, os governos do mundo inteiro são estimulados a firmar acordos e “parcerias sustentáveis” em prol de uma educação de qualidade, visto que a educação é tida como uma responsabilidade de toda a sociedade, incluindo governos, famílias, comunidades, organizações não governamentais e até mesmo as instituições privadas com as quais são estimuladas parcerias.

Em consonância com a política de monitoramento extremo e de responsabilização que presenciamos nos últimos tempos, a UNESCO lança anualmente, a partir de 2002, relatórios de monitoramento para avaliar o desempenho dos países em cada uma das metas estabelecidas. Depois de 15 anos, foi elaborado o relatório que se intitula: “Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios” e que traz uma avaliação geral dos últimos 15 anos de EPT e a situação dos países em relação aos índices educacionais monitorados pela UNESCO.

A primeira situação que nos é mostrada é que houve um relativo progresso em relação ao número de crianças e adolescentes que se encontravam fora da escola, desde 2000. Segundo o relatório “estima-se que 34 milhões de crianças a mais terão frequentado a escola em decorrência do progresso mais rápido desde Dakar” (UNESCO, 2000-2015, p.3). Todavia, apesar desses dados e da projeção otimista ainda existe mais de 100 milhões de crianças em todo mundo que não completaram a educação primária.

O relatório revelou que no Brasil, em todos esses anos de implementação de políticas visando o cumprimento das determinações do Banco Mundial, só foram alcançadas duas das metas. A primeira foi a educação primária universal que compreende o primeiro ciclo da educação que é o ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, que pode alcançar principalmente as meninas e as crianças que viviam em situação de marginalização. A segunda meta cumprida foi a paridade de gênero, ou seja, existem a mesma quantidade de meninos e meninas frequentando a escola.

Outro fato que nos é destacado pelo relatório é em relação às diferenças existentes entre o meio rural e o urbano as quais afetam também o meio educacional. Os governantes não disponibilizam os mesmos investimentos para os

dois meios. Embora o relatório elogie a posição do governo em implantar o Bolsa Família, isso sozinho não suprirá a necessidade daqueles que estão abaixo da linha da pobreza.

Segundo Rebeca Otero, a responsável pela coordenação da educação que está sendo ofertada no Brasil, no ano de 2012, o país não conseguiu alcançar os 80% estipulados de matrículas que deveriam ser proporcionadas na educação infantil.

Segundo o relatório, a formação de professores também é um fator que exige a atenção dos governos. A formação de professores ainda é muito precarizada, o professor não consegue se qualificar por causa do seu tempo corrido, muita das vezes trabalha em várias escolas para suprir a desvalorização salarial, ou não consegue um afastamento para realizar uma especialização, assim se tornando um profissional frustrado.

Em resumo, o Relatório de Monitoramento de Educação Para Todos anunciou o que já se esperava em relação ao cumprimento das metas nos países membros da UNESCO. As metas não foram alcançadas, em sua maioria, pelo fato de que é colocado para a educação a errônea e ideológica tarefa de mudar o mundo capitalista em crise. Crise esta que tem sua raiz na própria forma como o capital se reproduz gerando destruição da natureza e degradação do trabalho e da própria humanidade.

Em linhas gerais, podemos constatar que as Declarações de Educação para Todos traçam os fundamentos das políticas educacionais que foram elaboradas ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Tais políticas privilegiam a diversificação das fontes de financiamento por meio da criação de parcerias entre público e privado com o intuito de “[...] fazer fluir com maior desembaraço os recursos do fundo público para o âmbito da esfera privada.” (RABELO; MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 17).

No caso Brasileiro, a ênfase na educação básica para uma inclusão produtiva, sob a influência das determinações internacionais, já se inicia com a Constituição de 1988 a qual declara, em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.03).

Educação esta que, segundo Tonet (2012, p. 13): “[...] teria necessariamente, um caráter predominantemente informativo e limitado, pois o conteúdo de que o trabalhador

necessita não exige um pensamento crítico e capacidade inventiva”. (TONET, 2012, p. 13).

Diante das leituras e reflexões realizadas acerca dos fundamentos da EPT no Brasil e no mundo, constatamos que todas as reformas educacionais implementadas em nosso país, começando pelo governo FHC e dando continuidade nos Governos Lula e Dilma, seguem rigorosamente os preceitos do Banco Mundial. De 1990 aos dias atuais inúmeros instrumentos da política educacional brasileira foram criados, a exemplo do Fundef (1996), do atual Fundeb (2006), da LDB (1996), dos PCN's (1997), dos PNE's (2001-2010 e 2014-2024), entre outros. Tais documentos balizaram as reformas educacionais realizadas em nosso país, as quais primam pela racionalização e fragmentação da educação por meio da oferta de uma educação que atenda minimamente aos interesses de reprodução do capital.

CONCLUSÕES

As amplas reformas que atingem o setor educacional brasileiro, de forma mais contundente a partir de 1990, são resultado de uma política educacional global afinada com os interesses de reprodução do sistema do capital em sua busca desenfreada pela perpetuação da sua perversa lógica produtiva e destrutiva.

Na atualidade, passados mais de vinte e cinco anos de recomendações, o Banco Mundial, por meio do programa de Educação Para Todos da UNESCO, continua a determinar as diretrizes da educação no mundo capitalista a partir das suas intencionalidades econômicas e ideológicas para com o complexo parcial da educação. Desta feita, o referido banco exerce a sua intervenção desde a concepção dos novos paradigmas educacionais até a recomendação das formas de financiamento e das diretrizes da educação em todos os níveis de ensino.

Concluimos, pois, que o grande projeto do capital para com a educação se revela nas reformulações que os sistemas educacionais das nações dependentes, entre elas o Brasil, sofreram ao longo das últimas décadas. Essas reformulações são levadas a efeito para imprimir um caráter econômico à educação ofertada aos explorados pela lógica do capital que, para se reproduzir, utiliza de estratégias das mais variadas para controlar os complexos sociais e as subjetividades humanas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em 11 out. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e legislação correlata. 4ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RABELO, J. J; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana. Educação para Todos e a reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**. 1-24 p. Ano 7, número 9, 2009. (Issn: 1808-799x).

_____. **O Movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Editora: UFC, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. **O Marco de Ação de Dakar Educação para Todos**: atendendo nossos Compromissos Coletivos (2000). Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT: Educação para Todos 2000-2015**: progressos e desafios. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015. (Relatório Conciso).

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. 2ª edição revista. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.